

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE 1996-2013

DEINDUSTRIALISATION AND REPRIMARIZATION: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN ECONOMY BETWEEN 1996-2013

LUIZ PAULO FONTES DE REZENDE¹; LUCIANA MARIA CORDEIRO²; TÂNIA MARTA FIALHO³

1 – UFMG/UNIMONTES; 2; 3 – UNIMONTES

luizrezende@ufmg.br; lucianacord@yahoo.com.br; tania.unimontes@gmail.com

Resumo – O objetivo do presente artigo é estudar empiricamente o processo da desindustrialização e reprimarização da economia brasileira no período de 1996 a 2013. A metodologia consistiu numa análise descritiva dos dados, e no emprego do índice de Grubel e Lloyd (1975) para verificar se a inserção do Brasil no mercado internacional ocorre por meio da especialização produtiva ou por meio da diversificação da produção. A principal conclusão sugere uma reprimarização da pauta das exportações, visto que os produtos primários apresentam maior participação nas vendas externas e os bens de alto valor agregado nas importações. No que tange o processo de desindustrialização, a economia brasileira tem reduzido a participação do valor adicionado dos produtos sofisticados no Produto Interno Bruto e ampliado a de produtos básicos.

Palavras-chave: Desindustrialização. Reprimarização. Brasil.

Abstract - The objective of this paper is to empirically study the process of deindustrialization and reprimarization of the Brazilian economy from 1996 to 2013. The methodology consisted in a descriptive analysis of the data and in the use of the Grubel and Lloyd index (1975) to verify if the insertion of Brazil in the international market takes place through the productive specialization or through the diversification of the production. The main conclusion suggests a reprimarization of the export agenda, since primary products have a larger share of foreign sales and high value-added goods in imports. Regarding the process of deindustrialization, the Brazilian economy has reduced the share of the value added of sophisticated products in the Gross Domestic Product and expanded to that of basic products.

Keywords: Deindustrialization. Reprimarization. Brazil.

I. INTRODUÇÃO

A política de abertura comercial e financeira no Brasil, iniciada na década de 1990, visava aumentar o fluxo de capitais externos e intensificar as suas relações comerciais. Após o período de desenvolvimento ditado pelo modelo de substituição de importações (voltado para o mercado interno), esperava-se que uma abertura ao exterior ampliasse a competitividade da economia brasileira no âmbito nacional e internacional com o fornecimento de produtos industrializados de maior qualidade.

Após a abertura econômica, o comércio exterior brasileiro apresenta uma redução da participação de produtos manufaturados nas exportações, concomitantemente ao aumento das exportações de produtos

básicos (agrícola e mineral) de acordo com os estudos de Lamônica e Feijó (2011); Gonçalves (2011); Oreiro e Marconi (2014). Essa composição da pauta de exportação provocou discussões acerca da possível “reprimarização” da economia brasileira e uma consequente desindustrialização nos últimos anos.

Em face da discussão sobre o fenômeno da reprimarização da pauta das exportações e o da desindustrialização, este artigo procurou fazer uma análise da pauta das exportações do Brasil centralizando o período a partir de 2005 no qual foi lançada a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) que tinha como foco central a inserção externa do Brasil no mercado internacional.

Para atender este objetivo, foi feita uma análise descritiva dos dados obtidos nos principais órgãos: Portal Brasileiro de Comércio Exterior, IPEADATA e o Ministério do Comércio, da Indústria e do Comércio Exterior e a utilização do índice de Grubel e Lloyd.

Além desta introdução, este artigo faz uma discussão teórica sobre o processo de desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora da economia brasileira e uma análise dos dados do comércio exterior brasileiro. E posteriormente apresenta as considerações finais.

II. O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A REPRIMARIZAÇÃO DE SUA PAUTA EXPORTADORA

A literatura econômica mostra que a estrutura produtiva (participação relativa dos setores econômicos no Produto Interno Bruto - PIB) de um país altera à medida em que ele passa por diferentes estágios de desenvolvimento. Nos estágios iniciais, há uma tendência de uma maior participação relativa da indústria e uma queda da participação da agricultura no (PIB), enquanto num estágio mais elevado, a participação do setor de serviço cresce em detrimento dos demais setores. Este fenômeno da queda da participação relativa da indústria na economia ficou conhecido como processo de desindustrialização (OREIRO, MARCONI, p. 2, 2014).

A desindustrialização é decorrente de uma mudança estrutural em que a redução da participação da indústria no emprego total e no PIB ocorre de forma consistente ao longo do tempo acompanhada por um forte crescimento do setor de serviços e, algumas vezes, associada ao problema da

“doença holandesa” (OREIRO, MARCONI, p. 6, 2014); (GONÇALVES, p. 2, 2011). Em outras palavras, a desindustrialização refere-se à redução persistente da participação do valor adicionado da indústria no PIB e/ou do emprego industrial no emprego total.

O processo de desindustrialização é visto como uma fase normal do desenvolvimento econômico, quando o aumento da produtividade da indústria de transformação resulta numa redução do emprego e num aumento de renda; e esta elevação da renda estimula o crescimento do nível de emprego no setor de serviços (OREIRO, FEIJÓ, p.3, 2009).

Quando a desindustrialização não é decorrente do desenvolvimento econômico, mas de uma reprimarização da economia, isto é, uma volta do crescimento da participação do setor primário nas economias, ocorre o fenômeno da doença holandesa. Neste caso, a desindustrialização resulta do viés de deslocamento da fronteira de produção na direção dos produtos intensivos em recursos naturais, se especializando em torno da produção de bens primários e de baixo valor agregado (menor intensidade tecnológica).

De acordo com Gonçalves (2011) a desindustrialização nas economias desenvolvidas implica *upgrade* da estrutura produtiva via aumento da produção de serviços com alto valor agregado. A tendência de redução das participações dos setores primário e secundário no PIB e a elevação da participação do setor terciário é uma tendência natural de longo prazo dos países desenvolvidos.

Nos países em desenvolvimento, o fenômeno da desindustrialização é considerado precoce ou prematuro, porque tal fenômeno se iniciou antes alcançar o ponto de maturidade de suas respectivas estruturas industriais, por isso, o nível de renda *per capita* é inferior ao das economias avançadas quando estas desindustrializaram (MARCONI, ROCHA, p.7, 2011).

No que tange ao debate sobre a desindustrialização da economia brasileira; existe controvérsia se o Brasil estaria passando por este processo de desindustrialização.

Para Bonelli e Pessôa (2010) o Brasil não estaria passando por processo de desindustrialização. Estes autores consideram que houve apenas uma correção do viés herdado da substituição de importações, pois quando prevalecia a proteção à indústria, sua participação no PIB era muito alta e agora com a abertura houve uma correção. Nassif (2008) também analisou a trajetória da economia brasileira no período de 1980 a 2005 e o resultado de sua análise não pode ser qualificado como de desindustrialização.

De acordo com Marconi e Rocha (2011) está ocorrendo a desindustrialização brasileira, e ela não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento, mas sim, de natureza precoce e causada, sobretudo, pela apreciação cambial decorrente da valorização dos termos de troca. Segundo estes autores, a redução da participação da manufatura no valor adicionado ocorreu em níveis da renda *per capita* inferiores aos observados em semelhantes processos ocorridos nos países desenvolvidos. Diversas outras razões são apontadas para explicarem esta desindustrialização precoce ou prematura, como por exemplo: a liberalização do comércio internacional, a globalização financeira e o aumento da produtividade do trabalho, a elasticidade-renda da demanda, a terceirização, a nova divisão internacional do trabalho, a redução do investimento e, por fim, a doença holandesa (SILVA, 2014).

De acordo com Palma (2005), a desindustrialização e a nova doença holandesa estariam ocorrendo no Brasil e em

países da América Latina pela drástica liberalização comercial e financeira, conjugada com mudança institucional, que reverteu a industrialização por substituição de importações. O termo “a nova doença holandesa” faz uma referência à teoria novo-desenvolvimentista parte de dois pressupostos. O primeiro é uma realocação de recursos de forma generalizada para o setor primário ou industriais tecnologicamente tradicionais; e o segundo é uma mudança de paradigma de especialização para produtos primários e/ou industrializados intensivos em recursos naturais.

Para Marconi e Oreiro (2014), a desindustrialização no Brasil é resultado da doença holandesa. A taxa de câmbio apreciada contribui para o cenário da doença holandesa, fazendo com que houvesse uma especialização de produtos primários e manufaturados intensivos em recursos naturais e mão de obra, favorecidos pela política cambial. Bresser-Pereira e Marconi (2008) também argumentam que a desindustrialização no Brasil é resultado da ‘doença holandesa’ provocada pela ocorrência simultânea de câmbio apreciado e equilíbrio comercial. Para estes autores, o comércio exterior é propiciado pelo processo de abertura comercial e aumento dos preços relativos das commodities.

Gonçalves (2011) defende a tese da “reprimarização da economia brasileira” no final dos anos noventa. Segundo este autor, a desindustrialização foi resultado do aumento da produção dos produtos intensivos em recursos naturais em detrimento dos manufaturados. Esta mudança na estrutura produtiva ocorre, principalmente, na fase ascendente dos preços das commodities no mercado mundial. O estudo deste referido autor mostrou que a participação da indústria de transformação no PIB no Brasil reduz-se de 18% em 2002 para 16% em 2010. No período 2003-10, a taxa média anual de crescimento do PIB real é 4,0%; da mineração 5,5%, da agropecuária 3,2% e da indústria de transformação é 2,7%.

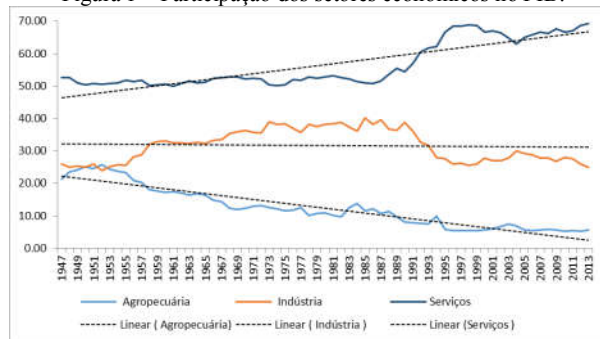
Com base nas informações de Gonçalves (2011) a reprimarização da pauta exportadora é explicada pelo comportamento do preço das commodities metálicas e dos produtos agrícolas após 2003. Enquanto que a redução dos bens manufaturados apenas vem reforçar a conclusão da ocorrência da reprimarização da pauta exportadora no Brasil.

III. DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

O processo de desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora no Brasil vem sendo discutidos desde o final da década de 1990. Após o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2005 e os efeitos da crise financeira internacional iniciada em 2008 nos Estados Unidos, essa discussão tornou-se mais intensa entre os estudiosos.

A desindustrialização pode ser respaldada pelo indicador apresentado na figura 1 que utiliza o valor da produção de cada setor sobre o PIB, revelando a estrutura produtiva do país.

Figura 1 – Participação dos setores econômicos no PIB.

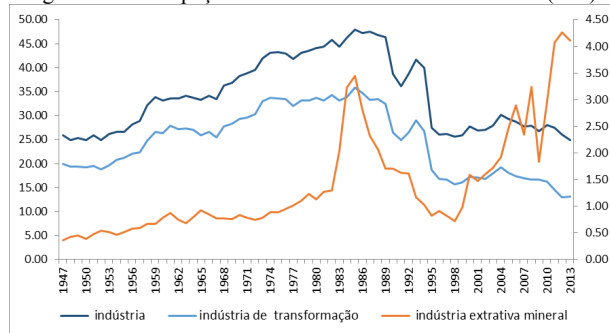


Fonte: IPEADATA, SECEX/MIDIC, 2017.

As linhas tracejadas descrevem a tendência linear da evolução da participação percentual do valor adicionado de cada setor econômico no Produto Interno Bruto. As linhas contínuas mostram a evolução da composição setorial no PIB revelando uma possível evidência da ocorrência de desindustrialização na economia brasileira a partir da década de 1990. A linha contínua da indústria situa-se abaixo e da agropecuária acima das linhas de tendência no período posterior a 2000, bem semelhante ao observado entre 1947 a 1960.

Nesta análise geral dos setores agregados, sem segmentá-los, os dados corroboram afirmação dos defensores de que não há desindustrialização no Brasil. Pela linha de tendência, observa-se certa estabilidade da participação da indústria no PIB em torno de 30% durante o período analisado, ou seja, não houve uma mudança da estrutura produtiva. Em vista deste indicador geral (setores/PIB), faz-se necessário uma análise desagregada da indústria por segmento conforme a figura 2.

Figura 2 – Participação da indústria no Valor Adicionado (PIB).



Fonte: IPEADATA, SECEX/MIDIC, 2017.

A indústria da transformação apresentou uma queda muito forte, a partir da década de 1990, enquanto que a indústria extrativa teve um crescimento. Esta redução da participação da indústria de transformação no PIB, e o crescimento da indústria extrativa (mineral e *commodities*) sugerem que a indústria está se especializando em produtos de baixo valor agregado. Estes dados apontam tanto para a ocorrência de desindustrialização, como também para a reprimarização da pauta exportadora conforme mostra a tabela 1.

Os dados mostram que o valor dos produtos industriais corresponde a 75% do valor total das exportações. Apesar da participação significativa destes produtos, eles apresentaram uma taxa média anual de crescimento negativa, enquanto que os produtos não industriais

favoreceram o saldo da balança comercial com um crescimento de 4,72%. A pauta das importações responde por 85,71% do valor dos produtos industriais.

Tabela 1 – Participação dos produtos no valor agregado no comércio exterior do Brasil (%).

Período	(% Produtos no valor agregado das exportações)		(% Produtos no valor agregado das importações)	
	Produtos não industriais	Produtos industriais	Produtos não industriais	Produtos industriais
1996	16,39	83,61	15,62	84,38
1997	19,63	80,37	12,34	87,66
1998	19,40	80,60	10,61	89,39
1999	18,17	81,83	11,07	88,93
2000	16,55	83,45	12,02	87,98
2001	17,99	82,01	11,48	88,52
2002	19,40	80,60	13,95	86,05
2003	19,95	80,05	16,12	83,88
2004	20,05	79,95	17,84	82,16
2005	20,53	79,47	17,42	82,58
2006	21,93	78,07	17,82	82,18
2007	24,12	75,88	17,14	82,86
2008	28,32	71,68	17,33	82,67
2009	31,63	68,37	13,89	86,11
2010	36,43	63,57	12,41	87,59
2011	40,18	59,82	13,19	86,81
2012	38,36	61,64	12,82	87,18
2013	37,58	62,42	14,18	85,82
Média	24,81	75,19	14,29	85,71
Cresc. médio	4,72	-1,61	-0,54	0,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados SECEX/MIDIC.

Ao comparar a taxa média anual do crescimento dos produtos não industriais (4,72%) e dos produtos industriais negativas (-1,61%), observa-se claramente que o país pode estar passando por um processo de desindustrialização e voltando às características de uma economia tipicamente agroexportadora, ou seja, se reprimarizando. A reprimarização da pauta exportadora é evidenciada pelo crescimento de produtos não industriais e queda dos industriais nas exportações. Este perfil da composição das pautas exportadora e importadora da economia brasileira tem sido explicado pela abertura comercial e pelo aprofundamento da internacionalização o que resultou numa estratégia regressiva denominada por Gonçalves (2011) e Souza (2009).

Segundo Lamonica e Feijó (2011) a adoção de um modelo neoliberal e o fim da política industrial e comercial, conjuntamente com as mudanças nos preços relativos e na taxa de câmbio efetiva levaram países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile de volta à especialização produtiva em bens de baixo valor agregado no comércio internacional baseadas na vantagem comparativa ricardiana. Os produtos de alta e média-alta tecnologia começaram a perder importância na pauta exportadora, tornando a economia primário-exportadora.

Este possível processo de especialização produtiva que está ocorrendo no Brasil pode ser analisado pelo índice de Grubel e Lloyd (GL).

$$GL_i = 1 - \frac{|EX_i - IM_i|}{(EX_i + IM_i)} \quad 0 \leq GL_i \leq 1 \quad (1)$$

Onde :

EX_i e IM_i representam o valor das exportações e importações do bem i , respectivamente; $(EX_i + IM_i) - |EX_i - IM_i|$ mede o comércio intraindústria e

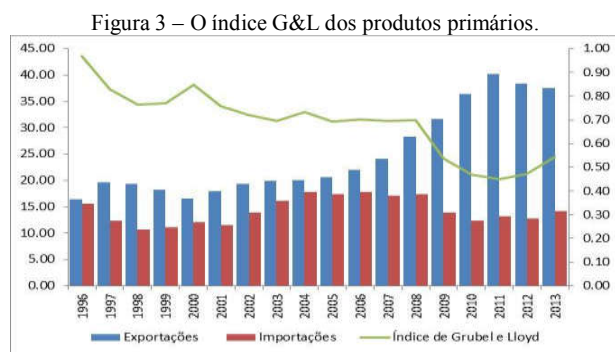
$|EX_i - IM_i|$ o comércio interindústria e $(EX_i + IM_i)$ o comércio total da indústria i .

Este índice varia entre zero (0) e um (1). Quanto mais próximo de um, maior o grau de semelhança da estrutura produtiva entre os países envolvidos nas relações comerciais caracterizando o padrão de comércio intraindústria. Este padrão de comércio é atribuído às economias de escala, à imperfeição de mercado, à igualdade de renda e ao nível de desenvolvimento econômico, ao nível de tarifas e à diferenciação e variedades de produtos e à inovação tecnológica (MOREIRA; PAULA, 2010).

Quando o índice é mais próximo de zero, o padrão de comércio interindústria é baseado na teoria das vantagens comparativas. O país se especializa na produção de determinados bens produzidos em diferentes setores da atividade econômica, prevalecendo estruturas produtivas diferenciadas no comércio entre os seus parceiros comerciais.

O índice de Grubel e Lloyd verifica empiricamente se houve especialização em produtos básicos nas relações de comércio confirmando a tese de reprimarização da pauta exportadora brasileira, e se caso houve diversificação refuta a tese da reprimarização.

Para verificar a tese da reprimarização da pauta exportadora, calculou-se o índice para os produtos mais desagregados: produtos primários e produtos industriais. A figura 3 apresenta o índice de comércio dos produtos não industriais.



Fonte: IPEADATA, SECEX/MIDIC, 2017.

O índice revela uma especialização produtiva do Brasil em produtos primários. O padrão de especialização se intensifica a partir de 2008, fortalecendo as exportações de produtos baseados em recursos naturais, sugerindo que o Brasil esteja passando pela nova doença holandesa.

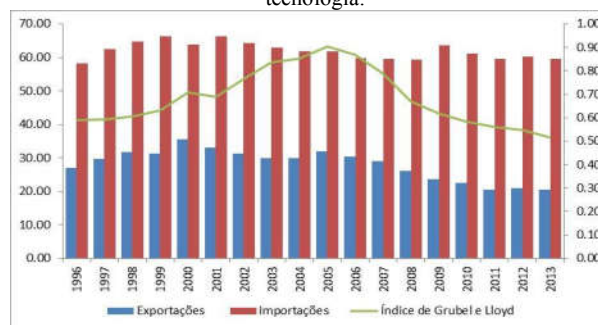
A magnitude das exportações e importações destes bens indica padrão de especialização da economia brasileira ditado pela teoria da dotação de fatores de Heckscher-Ohlin. Esta teoria afirma que um país detém vantagens comparativas no comércio internacional em um determinado produto quando nesta nação existe abundância dos fatores de produção necessários à produção deste produto. A análise dos produtos industriais é desagregada por conteúdo tecnológico para detalhar com mais precisão a competitividade em termos de sofisticação tecnológica embutida no produto.

As relações comerciais dos produtos mais sofisticados em termos de conteúdo tecnológico são caracterizadas por um padrão de comércio interindustrial. O Brasil estava se diversificando na produção destes bens com o aumento do

índice no período de 1996 a 2006. Em 2005 com lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), o índice de Grubel e Loyde atingiu o maior valor (0,9). A partir 2006 houve uma perda de competitividade nestes produtos, retornando a especialização produtiva conforme é observado pela queda do índice para 0,5 na figura 4.

Essa perda de competitividade e a especialização produtiva demonstram que a PITCE perdeu folego e não atendeu aos objetivos nela propostos. Dado grande potencial do mercado interno, o Brasil poderia otimizar seus recursos e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na produção e na diversificação de bens manufaturados de alto valor agregado. Assim, o Brasil conseguiria atingir um nível de produto capaz de atender à demanda interna e externa.

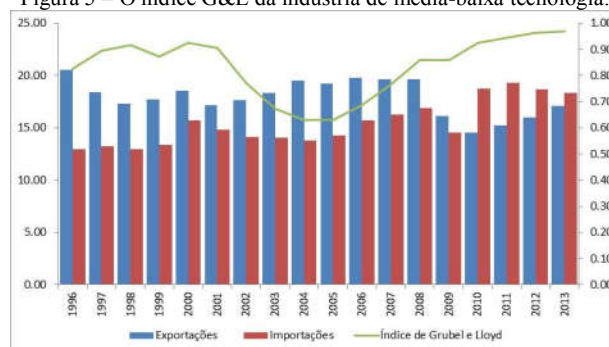
Figura 4 – O índice G&L da indústria de alta e média-alta tecnologia.



Fonte: IPEADATA, SECEX/MIDIC, 2017.

Neste caso, a especialização na exportação de bens padronizados e de baixo valor agregado (intensivos em recursos naturais e trabalho) deixaria de existir, dando lugar às exportações de produtos industrializados de tal modo que concorresse com os produtos dos países desenvolvidos. Embora a política industrial no Brasil devesse ser orientada nesse sentido, o que se verificou foi a especialização produtiva na indústria de média-baixa tecnologia conforme a figura 5.

Figura 5 – O índice G&L da indústria de média-baixa tecnologia.



Fonte: IPEADATA, SECEX/MIDIC, 2017.

O padrão de comércio dos produtos de média-baixa tecnologia revela uma forte especialização no período de 2003 a 2007. Posteriormente, o Brasil apresentou um perfil de relações comerciais competitivas ao resto do mundo nos produtos manufaturados de conteúdo de média-baixa tecnologia, visto que o índice indica uma similaridade na estrutura produtiva ao se elevar e aproximar de 1. Na indústria de baixa tecnologia, há predominância de produtos homogêneos e de baixo valor agregado caracterizando um

padrão de comércio interindustrial. O comportamento do preço das *commodities* metálicas e dos produtos agrícolas tropicais e não tropicais explica a melhoria dos termos de troca observada na economia brasileira após 2003, sendo assim uma das razões pelas quais o Brasil tem especializado nestes produtos (OREIRO e MARCONI, p. 17, 2014).

Estes produtos de baixo valor agregado e conteúdo tecnológico têm elasticidade de renda baixa, ou seja, se a renda aumentar, o consumo e valor destes bens aumenta menos proporcionalmente do que os bens de alta tecnologia. Isso significa que a estratégia do Brasil de diversificação e de aumento da competitividade nestes produtos não produz efeitos substanciais no saldo da balança comercial frente à crescente importação de produtos de alto conteúdo tecnológico.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo realizou uma análise empírica acerca de uma discussão presente há alguns anos sobre o fenômeno da desindustrialização da economia brasileira. Outro assunto abordado foi a reprimarização das exportações brasileiras.

Neste trabalho verificou-se uma queda na participação de produtos manufaturados e aumento dos produtos não industriais nas exportações. Estes dados mostram que houve uma reprimarização da pauta exportadora decorrente da perda de competitividade industrial causada pela ausência de políticas industriais, apreciação do câmbio, altas taxas de juros. Dentre estes fatores, a política industrial merece maior destaque para a economia brasileira para retomar o processo de industrialização e a competitividade no mercado internacional.

O baixo nível de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação provavelmente explicam a perda de competitividade do país nas indústrias intensivas em ciência resultando numa desindustrialização dos produtos de alto conteúdo tecnológicos e consequentemente na reprimarização das exportações. A literatura econômica mostra que os investimentos nos setores mais dinâmicos alteram a elasticidade-preço das exportações contribuindo para aliviar as restrições do balanço de pagamento ao crescimento econômico.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo, **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**, 5ª ed, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Março, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos, A quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista, In: **Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil**. FGV, Setembro de 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. **Nacional-desenvolvimentismo às Avessas**. IPEA. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. Acesso em 19 set 2016.

LAMONICA, Marcos Tostes; FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Mudança da estrutura industrial e desenvolvimento econômico: as lições de Kaldor para a indústria**

brasileira. Universidade Federal Fluminense (UFF). (Texto para discussão n. 265). Niterói (RJ), Dezembro 2011.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio**. IPEA, 2011.

MDIC E SECEX, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Balança Comercial Brasileira - Dados Consolidados, Departamento de Planejamento e **Desenvolvimento do Comércio Exterior – DEPLA, Anos de: 2006-2013**, Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>, Acesso em 01 set 2016.

NASSIF, André. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, Jan./Mar, 2008.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira, **Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT)**, Jan-Jun, 2014.

OREIRO, José Luis; Feijó, Carmem Aparecida. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**. vol. 30 n.2 São Paulo Apr./June 2010.

PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, ‘premature’ de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**, Jan-Jun de 2014.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desindustrialização e leis de Kaldor: evolução da produtividade industrial do Brasil, 1980/2008. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Janeiro de 2009.

VI. COPYRIGHT

Direitos autorais: Os autores são os únicos responsáveis pelo material incluído no artigo.

Submetido em: 10/03/2017

Aprovado em: 27/03/2017